

# Política

## CONSTITUINTE

### Substitutivo da Ordem Social foi o que recebeu mais emendas

Os substitutivos das oito comissões temáticas da Constituinte receberam um total de 7.191 emendas. A recordista foi a Comissão da Ordem Social, com 1.479 emendas, seguida pela Comissão da Organização de Poderes e Sistema de Governo, com 1.153, e pela Comissão de Ordem Econômica, com 953 emendas.

Somente às 6,30 horas da manhã de ontem, que a Secretaria da Comissão da Ordem Social terminou de receber o enorme número de propostas de emendas apresentadas ao substitutivo do senador Almir Gabriel (PMDB-PA). O prazo original previa o encerramento do recebimento das emendas até as 18 horas de terça-feira.

O relator da comissão esteve reunido na noite de terça-feira com as principais lideranças do PMDB, na residência do deputado Ulysses Guimarães, para expor as principais preocupações com seu relatório, segundo informou a EBN. Almir Gabriel disse ontem que a imprensa só está preocupada com a estabilidade no emprego constante do seu relatório, quando existem muitos outros assuntos importantes tratados por ele, como a questão da saúde e seguridade.

#### SOBERANIA

O relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias, senador José Paulo Bisol, abriu ontem um processo de negociações em torno de seu rela-

tório, antecipando-se à recomendação que lhe seria dada pela liderança do PMDB. Bisol, que recebeu 711 emendas alterando completamente seu relatório, reuniu-se pela primeira vez com integrantes do movimento que pretende derrubar seu relatório para discutir alguns pontos e o encaminhamento da votação.

Participaram da reunião os deputados José Fernandes (PDT/AM), Eliel Rodrigues (PMDB/PA), o evangélico João de Deus (PDT/RS) e Farabulini Júnior (PTB/SP), um dos principais organizadores do grupo de oposição a Bisol.

Na saída, José Fernandes informou que a conversa serviu para desfazer a impressão negativa que tinham do relator — que era atacado como “dono da verdade” — e para mostrar que “Bisol é um sujeito muito acessível”.

O relator concordou em alterar a redação do artigo referente à responsabilidade da mulher sobre a vida intrauterina, interpretado pelos deputados evangélicos como uma abertura à legalização do aborto. Bisol fará a redação de tal forma que o dispositivo nem proíba e nem libere o aborto, remetendo a questão para a legislação ordinária. Um assunto sobre o qual não houve acordo foi a questão do direito de propriedade e a possibilidade, prevista no relatório, de perda dos meios de produção em caso de uso impróprio.

## Grupo conservador articula-se para votar a ordem econômica

por Francisca Stella Fagá de Brasília

Um grupo de vinte constituintes, entre eles Delfim Netto (PDS-SP), Roberto Campos (PDS-MT), Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Vitor Fontana (PFL-SC), definiu ontem a estratégia para a votação do projeto a ser apresentado sexta-feira pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte.

Foi uma reunião não muito longa, de menos de duas horas, no Hotel Carlton de Brasília. Com a filosofia, todos estão de acordo. O Estado não deve interferir na iniciativa privada, exceto muito ocasionalmente, para garantir a “igualização de oportunidades”, como diz o deputado Delfim Netto. Como essa é a questão fundamental, e sobre ela não há discussão, a reunião foi inteiramente dedicada à análise da estratégia para derrotar os defensores da maior intervenção do Estado na economia.

Quase mil emendas foram apresentadas ao esboço de anteprojeto apresentado no último fim de semana pelo relator. O grupo concentra-se na análise das propostas. Até sexta-feira, quando começa a votação do projeto, já terá escolhido as emendas em cuja aprovação serão concentrados os esforços.

Da questão central, o

por Riomar Trindade do Rio

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) está preocupada com o que considera “teor estatizante” do relatório da Comissão da Ordem Econômica e com o peso dos encargos para as empresas embutidos no relatório da Comissão da Ordem Social da Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, a diretoria da CNC decidiu, na semana passada, criar uma “Comissão de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte”, com o objetivo de analisar “os dispositivos da nova carta que servem ao País e oferecer emendas para tentar consertar aberrações”, conforme diz o presidente da comissão, o advogado Washington Coelho, consultor jurídico da CNC e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

grau de intervenção do Estado na economia, decorrem diversos pontos de consenso entre os constituintes que se reuniram ontem. Um deles é a reforma agrária. “O Estado”, pondera Delfim Netto, “não é onisciente.” Não é admissível que seja autorizado a consumir situações, tomando posse imediatamente depois de decretada a desapropriação, afirma.

A possibilidade de imis-

## CNC contra “aberrações”

“Entre o preceito do que não serve ao País porque está superado e o de que não serve porque é inatingível, prefiro o que está superado”, afirma Coelho. Na avaliação do consultor jurídico da CNC, 90% do que consta das proposições incluídas nos trabalhos das 24 subcomissões não se aplica ao Brasil. Na visão de Coelho, nos relatórios das comissões da Ordem Econômica e da Ordem Social “o ruim fez uma aliança com o pior”.

“As economias norteamericana e a japonesa, somadas, não resistiriam à carga dos encargos que as normas da Comissão da Ordem Social quer impor às empresas”, compara Coelho, acrescentando: “O Brasil está com a produção desorganizada, como fruto do Plano Cruzado, e o projeto da Constituinte, nesse capítulo, ameaça estender essa desorganização à

própria estrutura empresarial, ao produtor”.

A “Comissão de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte”, criada pela CNC, tem seis membros e, segundo Coelho, tentará encaminhar emendas específicas à Comissão de Sistematização da Constituinte.

“Os projetos das subcomissões são um amontoado de promessas absurdas e os constituintes têm medo de emendá-las. A alegação é que vivemos o ciclo das ilusões e cada um quer ver no céu o balão que carrega as suas. Ninguém quer usar o estilingue da realidade e o resultado poderá ser trágico, pois o que surgiu como a mais escancarada demagogia ameaça consolidar-se como texto constitucional por falta de coragem dos que devem abrir fogo contra”, arremata Coelho.

se também em alterar a proposta de Severo Gomes sobre o monopólio do petróleo. A proposta inclui no monopólio o processamento. Segundo Delfim Netto, a redação do projeto pode sugerir, inclusive, que somente o Estado poderia transportar plásticos. Na votação, defenderá a limitação do monopólio do petróleo nos termos vigentes, como prevê a Lei nº 2.004, apenas estendendo as suas disposições para o gás natural.

Para conseguir a aprovação de suas propostas, o grupo precisará garantir 32 votos na sexta-feira.

## Cabral quer texto curto, mas diz que acatará a maioria

O relator da Comissão de Sistematização, senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, embora favorável a uma Constituição mais sintética, acatará a vontade da maioria, se esta optar por um texto mais longo. “Eu não tenho o poder de cortar, mas de compatibilizar”, explicou ele à EBN.

Para Cabral, Constituição deveria ter cerca de duzentos, no máximo trezentos artigos. Mas se a maioria preferir uma Constituição com quinhentos artigos, ele terá de respeitá-la. Entretanto, para evitar um texto grande demais, Cabral ensina que o articulado constitucional deve ter um núcleo de princípios permanentes, deixando o acessório para a legislação ordinária.

Indagado sobre o perfil da nova Constituição, Cabral disse que o novo texto deve adaptar-se às nossas realidades, aquilo que o povo quer.

Recebido todo o material das comissões temáticas, Cabral começa a elaborar seu relatório-anteprojeto no dia 16 para entregá-lo no próximo dia 26, quando vence o prazo para este fim. Segundo Cabral, a forma pela qual foi organizado o trabalho da Constituinte permitirá uma discussão ampla das matérias, que já passaram pelas 24 subcomissões e, agora, pelas oito comissões temáticas. Na Comissão de Sistematização, as matérias constitucionais serão exaustivamente discutidas, com vistas ao aperfeiçoamento do anteprojeto.

Eis o roteiro: distribuídos os avulsos contendo o relatório e o anteprojeto, os cinco dias subsequentes serão destinados à discussão da matéria e à apresentação de emendas. Encerrada a discussão, o relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo pela apresentação do projeto de Constituição. Nos cinco dias subsequentes, o projeto será discutido e votado. Aprovado o projeto pela comissão, dos cinco dias restantes, três serão destinados à redação final e dois à sua discussão e votação.

Encerrada a 2ª discussão no plenário da Assembleia, a matéria será recebida pela Comissão de Sistematização.

BRASILPLAST 87 - Exposição Brasileira da Indústria do Plástico  
26 de Junho a 2 de Julho.  
Parque Anhembi - SP - Visite nosso stand.

Maxitec  
Empresa Mangels - 100% Brasileira